



Diário Oficial

PODER
Executivo

Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin - Governador Seção II

Palácio dos Bandeirantes Av. Morumbi 4.500 Morumbi São Paulo CEP 05650-000 Tel. 2193-8000

Volume 123 • Número 64 • São Paulo, sábado, 6 de abril de 2013

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Combate à sonegação fiscal

Na última semana de março, a Operação Quebra-Gelo III, de combate à sonegação da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), suspendeu por 30 dias a inscrição estadual de 149 empresas do Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado (Cadesp). A maioria dos estabelecimentos investigados é suspeita de ser de "fachada" e de cometer fraudes a partir da emissão de notas fiscais "frias", baseadas em operações não comprovadas de compra de mercadorias.

GENIVALDO CARVALHO



Sistema de fiscalização da Fazenda é eletrônico e interligado com a Receita Federal do Brasil

Operação Quebra-Gelo III bloqueou inscrição estadual de 149 estabelecimentos e impediu lançamento de R\$ 210 milhões em créditos espúrios

A Sefaz esclarece que, em muitos casos, a estratégia ilícita adotada consiste em abrir uma empresa com endereço falso e usar pessoas interpostas ("laranjas") para efetuar a "venda" de notas fiscais irregulares por uma fração do valor do ICMS. O comprador desembolsa na "aquisição" um total inferior ao imposto – e assim gerar créditos falsos de imposto na apuração mensal do tributo a recolher.

O sistema de fiscalização da Fazenda é eletrônico e automático, e interligado com a Receita Federal do Brasil. As operações de fiscalização das empresas são baseadas na Lei nº 8.137/1990, que classifica como

infração grave emitir nota fiscal "fria". Este ato ilícito também pode, segundo o Código Penal Brasileiro, configurar crimes de falsidade ideológica para os envolvidos.

Sigilo e cassação – João Marcos Winand, diretor executivo da Sefaz, diz que, quando há desconfiança de que uma empresa está irregular, um fiscal é deslocado até o endereço especificado pelo estabelecimento na Junta Comercial para averiguar o livro de registros. "Em 80% das situações, os suspeitos realmente apresentavam problemas", observa.

O procedimento seguinte do Fisco estadual é suspender, por 30 dias, a inscrição estadual. Neste período, o estabelecimento tem seu nome mantido em sigilo, fica impedido de emitir Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) e é convocado a comparecer ao posto fiscal de sua circunscri-

ção para regularizar a situação. Caso não o faça, corre o risco de ter a inscrição estadual cassada em definitivo, o nome divulgado no *Diário Oficial* do Estado e, se houver débito, este poderá ser inscrito na dívida ativa do Estado.

A cassação da inscrição estadual prejudica a abertura, pelos envolvidos, de novos negócios em território paulista. Impede também a realização de transações regulares com empresas em dia com o Fisco estadual paulista. A fiscalização da Fazenda não envolve policiais nem o Ministério Público (promotores), somente fiscais da Sefaz. Entretanto, na etapa seguinte, da cassação, estes agentes entram em cena. E podem investigar outros crimes comprometendo a conduta dos sócios ou beneficiados pelo negócio, em suspeitas de fraudes, estelionatos, falsidade ideológica, formação de quadrilha, etc.

Operações em números – Deflagrada no dia 25 de março, participaram da Operação Quebra-Gelo III 200 agentes fiscais de rendas das 18 Delegacias Regionais Tributárias (DRTs) distribuídas no Estado. Simultaneamente, visitaram 185 alvos em 51 municípios por emissão de NF-e sem apresentar compras compatíveis com a saída de produtos.

As diligências vistoriaram armazéns, transportadoras, além de contribuintes dos setores de produtos metalúrgicos, máquinas, equipamentos, artefatos de madeira, móveis, papel, alimentos, eletroeletrônicos, plásticos, borracha, têxteis e confecções, entre outros estabelecimentos.

A Fazenda realizou três operações Quebra-Gelo. E o saldo somado foi de R\$ 210 milhões, que deixaram de ser lançados em NF-e irregulares emitidas entre janeiro de 2012 e fevereiro de 2013. A primeira operação foi realizada em 19 de setembro do ano passado com 234 empresas-alvo. Dessas, 189 foram suspensas. A segunda, em 7 de novembro, tinha 218 alvos: 163 estabelecimentos foram suspensos. A última ocorreu segunda-feira, dia 25, com 185 suspeitas e 149 empresas suspensas.

O Estado de São Paulo tem 2 milhões de empresas inscritas no ICMS. Desde o início das Operações Quebra-Gelo, mais de 500 negócios tiveram a inscrição estadual suspensa. A Fazenda ainda espera reaver aproximadamente R\$ 850 milhões devidos por esses estabelecimentos. A maioria deles é formada por empreendimentos novos, constituídos há menos de um ano e com dívida média de R\$ 1,2 milhão cada.

Rogério Mascia Silveira
Da Agência Imprensa Oficial

Investe São Paulo se muda para o IPT

Os gestores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e da Investe São Paulo anunciaram a transferência da sede da Agência de Promoção de Investimentos Paulista para o 1º andar do Edifício Adriano Marchini, o prédio número um, localizado na sede do instituto, na capital. A mudança objetiva aproximar os investidores de um dos principais institutos de pesquisa do Brasil e ampliar a lista de clientes das duas instituições, vinculadas à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT).

Em encontro realizado na sede do IPT, na capital, o presidente da Investe SP, Luciano Almeida, e o diretor-presidente do IPT, Fernando Landgraf, assinaram termo de autorização de uso do

espaço. "Nossa função é impulsionar a competitividade da economia, trazendo novos negócios e ajudando empresas que

querem aumentar sua atuação em São Paulo. O IPT tem papel estratégico nesse processo, contribuindo para o desenvol-

vimento tecnológico e para a constante inovação em muitas dessas empresas", destacou Luciano Almeida.

Landgraf, por sua vez, ressaltou a importância de ampliar a relevância do IPT para a indústria paulista. Lembrou que a parceria com a Investe SP está diretamente ligada ao objetivo de oferecer maior visibilidade à entidade. "É muito bom que a equipe da Investe SP esteja perto da do IPT. Temos inclusive equipes de pesquisa desenvolvendo um banco de dados com informações geográficas do Estado de São Paulo, o que pode ser muito útil na assessoria ambiental que a agência presta às empresas", explicou o presidente.



Mudança visa a aproximar investidores e aumentar clientes das instituições vinculadas à SDECT

Da Agência Imprensa Oficial e Assessorias de Imprensa do IPT e Investe São Paulo